

**Discurso do Deputado Mendes Bota, presidente da Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação no encerramento da Sessão Europeia anual do projecto “New Generations, New Policies, New Future”  
Assembleia da República, 1 de Julho de 2014**

Caros Amigos,  
Caras Amigas,

Foi com grande satisfação que a Assembleia da República, representada pela CPECC, acolheu o pedido da Cronoworld e aderiu à realização da Sessão Europeia anual do Projeto “New Generations, New Policies, New Future”, que tem como objetivo primordial a definição de uma estratégia de incremento do índice de participação cívica dos jovens.

Revemo-nos no espírito perseguido pela Cronoworld, criada em 2013 por cinco jovens de idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos, e fazemos votos para que obtenha sucesso na prossecução de todas as metas que se propõe alcançar. Por outro lado, congratulamo-nos pelo facto de terem proposto que este evento se realizasse aqui, na Assembleia da República Portuguesa, a chamada Casa de Democracia.

A pluralidade de pontos de vista de representantes de sete dos dez países que integram este projeto (Roménia, Turquia, Bulgária, Grécia, Itália, Reino Unido e Portugal), certamente que enriqueceram o debate sobre políticas europeias, designadamente aquelas mais relacionadas com as diferentes formas cívicas de intervenção.

O Projeto “New Generations, New Policies, New Future” está inserido no programa “Juventude em Ação”, na sub-ação 1.3, designada por “Jovens e Democracia”, que tem como principal objetivo o encorajamento à participação ativa dos jovens nas suas comunidades.

Este programa da União Europeia, promovendo a mobilidade dos jovens dentro e fora das fronteiras europeias, a educação não formal e o diálogo intercultural, tem como último propósito o despertar e o desenvolvimento, nos jovens, do sentido ativo de cidadania, de solidariedade e tolerância, entre os jovens europeus.

A Cronoworld – agregadora de vontades de alguns jovens em torno da procura de soluções para problemas reais e da eleição de questões essenciais a serem debatidas, transmitidas e divulgadas – faculta o encontro de soluções para os problemas que a nossa era enfrenta e nesta conformidade é justo aqui reconhecer-lhe o devido mérito.

Por outro lado, compete à Comissão Parlamentar a que presido – a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação – impulsionar, no âmbito parlamentar, as iniciativas que fortaleçam o diálogo intercultural, a participação dos cidadãos na vida política (em especial, as mulheres e os jovens) e que procurem sensibilizar a sociedade civil para a importância da educação cívica.

Sabemos todos – as recentes eleições para o Parlamento Europeu demonstraram-no de forma clara – que o afastamento entre eleitos e eleitores é uma realidade que ultrapassa

as fronteiras dos nossos diferentes países. E que esse fosso pode ser preenchido (e está a sê-lo) por movimentos politicamente oportunistas, mais preocupados com os seus propósitos imediatos do que com a transmissão de valores cívicos de humanismo e solidariedade europeia.

Também por isso, este evento é da maior importância, uma vez que nos deixa perceber que a cidadania não é exercida unicamente por se viver num determinado Estado, ou por se pertencer a uma comunidade, cuja lei fundamental e demais normas garantem determinados direitos e determinam um conjunto de deveres, mas é antes uma escolha constante, difícil e exigente.

Na maioria dos casos, o não exercício da cidadania deve-se essencialmente à falta de preparação do indivíduo, ou a carências determinadas por fatores económicos, sociais, culturais e educacionais. Contudo, a transmissão de valores feita através de um debate inteligente e vivo, é um fator determinante para combater essa falta de exercício, essa demissão de cidadania cívica que nos conduz ao abismo.

Tenho consciência que falar aos jovens de valores e de cidadania, é pouco motivador em função do gravíssimo problema do desemprego jovem, e do défice de perspectivas de futuro que as novas gerações enfrentam, num tempo de crise global.

E, os Estados, e as instituições europeias, como a União Europeia, devem fazer do crescimento económico e da criação de empregos, sobretudo para os jovens, a prioridade das prioridades.

Os nomes “Erasmus”, “Comenius”, “Leonardo da Vinci”, “Grundtvig”, “Juventude em Movimento”, são-vos familiares, ajudam, mas não chegam para resolver os vossos problemas.

Muito se disserta nos dias de hoje sobre a fraca intervenção da sociedade civil nas atividades das comunidades locais ou nacionais, e também internacionais.

Porém, apesar da inércia instalada durante muitos anos, vão sendo cada vez mais visíveis ações que contrariam esse modo de estar e, apesar de alguns casos poderem revelar alguma incipiência, outros apresentam-se bem estruturados e demonstram já uma consciência por parte dos jovens que se pode considerar promissora (ex: ProAtlântico-Associação Juvenil e SUÃO – Associação para o Desenvolvimento comunitário de S. Miguel de Machede).

Importa, também, salientar que a vivência inter-cultural dos jovens e a troca de experiências vem acrescentar valores de civismo e cidadania em consequência dos diferentes patamares de evolução e da diversidade de tradições e culturas dos países de que são oriundos, podendo as práticas quotidianas distintas serem complementares, o que resulta num inequívoco enriquecimento de todas as partes envolvidas.

Nesse sentido, é grato ter conhecimento da realização de três conferências sob os temas: “ União Europeia: uma união de valores”, “Políticas Europeias relacionadas com a juventude na União Europeia” e “Eleições Europeias: formas cívicas de intervenção”, que precederam esta Sessão Europeia.

Seguramente, serviram para aprofundar os conhecimentos nesta área e até tomar posição sobre ações a empreender para aperfeiçoar e caminhar sempre no sentido do maior envolvimento dos jovens cidadãos nas decisões e escolhas políticas, não só ao nível da União Europeia, como também na sua localidade de residência.

Entendendo-se a participação cívica como um conjunto de comportamentos e atitudes exigíveis a cada um dos cidadãos para a defesa de valores fundamentais que preservam o bem-estar e a harmonia da vida, não só em comunidade, como também da vida pessoal, estas duas vertentes não podem ser apartadas.

Quanto aos valores fundamentais mencionados, deverá ter-se como primordial o respeito por si próprio e pelo próximo, uma vez que, com base nesta simples premissa, a conflitualidade social é atenuada, a ordem é mais facilmente estabelecida, o diálogo torna-se profícuo e é maior a garantia da salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

A consciencialização do conjunto destas práticas irá contribuir de forma inequívoca para uma cidadania exercida de forma completa e coerente.

Considera-se, por vezes, que é na escola que se inicia a formação cívica de um indivíduo, dado que é nessa altura da vida que o grau de socialização se intensifica por força da diversidade do universo alargado de pessoas com que tem que interagir.

Porém, e sem perder de vista a importância da escola na promoção do desenvolvimento cívico, os registos de socialização do indivíduo iniciam-se nos primeiros tempos de vida, no seio da família, em que o exemplo de respeito terá os seus frutos em consequência do processo de “imitação” (mesmo que inconsciente) da criança para se tornar adulto, hábito que, mais tarde, com o discernimento e a liberdade de escolha, continuará ou não a ser adotado.

Estando hoje a dirigir-me a jovens, poderia parecer estranho estar a dissertar sobre os primeiros tempos de vida de um indivíduo. Sabemos, todavia, que os jovens de hoje serão os pais dos jovens do futuro, razão pela qual a insistência na importância dos exemplos que damos não ser demasiada.

Assim, em termos ideais, a transmissão do dever cívico e de cidadania deverá ser feita desde cedo no seio da família, para posteriormente ser acompanhada na vida escolar e prosseguir tanto num ambiente como no outro, desta forma fazendo com que a maturidade dos cidadãos responsáveis seja, consistentemente e conscientemente, assimilada e experimentada.

Estas condições irão dar a compreensão ao indivíduo de que ele deve procurar em si a responsabilidade das escolhas que faz e dos atos que pratica, o que o torna menos crítico em relação às imperfeições das instituições, e o torna mais responsável, em liberdade, pela sua vida e pela sua comunidade.

No início deste meu discurso, falei da necessidade de “desenvolver um sentido ativo de cidadania, de solidariedade e tolerância, entre os jovens europeus”.

Permitam-me que termine com uma palavra de rejeição por aquilo que hoje parece ter-se tornado bastante comum ver difundido e repetido nesta sociedade actual da informação e da comunicação, e que tem a ver com o camado “discurso do ódio”.

Considero inaceitável todo o tipo de incitamento à intolerância e ao desrespeito dirigido às minorias, traduzindo preconceitos ligados à etnia, religião, ao género, à deficiência ou à orientação sexual. E chamo a vossa atenção para o lado obscuro da internet, onde as opiniões públicas têm consequências.

Assiste-se a uma utilização crescente da internet e dos sítios electrónicos das redes sociais por parte de grupos radicais. Ali, o discurso do ódio vai-se perpetuando online, levando a propostas sinistras como o apelo a “mover-se do ciber-espço para o mundo físico”, ou seja, passar este nacionalismo agressivo e etno-centrismo com comunidades migrantes na mira para a acção de rua .

O impacto potencial desta dimensão *online* dá-nos novas razões de preocupação junto da juventude e das suas organizações. O discurso de ódio é mais facilmente monitorizável na rede dos *media* profissionais, do que em redes sociais difíceis de matricular.

O desafio colocado por estas manifestações online reside na dificuldade de medir a sua extensão e o seu impacto. A actividade dos sítios electrónicos estáticos pode ser facilmente monitorizada. Mas a maior parte da acção acontece nos espaços de encontro, de diálogo nos sítios em rede, muito mais difíceis de seguir.

É, por isso, fundamental, que vós, jovens de diferentes países e proveniências, utilizadores frequentes e conhecedores destes novos utensílios, sejam activistas dos princípios universais do respeito pelo direitos humanos e pela não discriminação em todos os campos onde se movimentem, na repulsa por estas formas de destruição da democracia, da paz e do entendimento entre os povos.

No próximo dia 18 de Julho, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação levará a efeito, pelo terceiro ano consecutivo, um evento de celebração do Dia Internacional Nelson Mandela, ele próprio, o símbolo maior e imortal do espírito de tolerância, de paz e de diálogo intercultural.

Honrar a sua memória, é seguir o seu exemplo. Conto convosco, jovens europeus, para fazer esse caminho.